

## RESENHA

---

ANTUNES, Ricardo. *O Continente do Labor*. São Paulo, SP: Boitempo, 2011, 1 ed., 175p.

Responsável pela Resenha:

**Simone Vieira de Melo Shimamoto<sup>1</sup>**

Universidade Federal de Uberlândia

O livro *O Continente do Labor*, do sociólogo Ricardo Antunes, não nasceu de um projeto de pesquisa ligado ao mundo do trabalho atual, mas teve suas origens nos debates e produções ocorridos na América Latina, trazendo em si um traço coletivo, por conter em seu *tecido, muitas mãos*. *Mãos* de alunos e professores que participam de grupos de pesquisa e partilham as inquietudes do pensar e debater o mundo do trabalho.

Por que o continente do labor? Porque a América Latina (quase um “ilustre desconhecido”) traz em si a singularidade da colonização em forma de exploração, sofrimento e escravidão. Um trabalho que passa da produção artesanal ao trabalho escravo e, deste, ao assalariado. Dialeticamente, o continente da opressão e da rebelião; da exploração e da revolução.

Na primeira parte do livro, “O trabalho na América Latina”, de maneira contextualizada, Antunes analisa o continente do labor contemplando o modo de vida dos sujeitos; as lutas sociais; o socialismo no século XXI; e as reflexões de autores que, a exemplo de Florestan Fernandes, leram Marx e conseguiram inseri-lo no contexto latino americano.

No exercício de contextualização, o autor explora a história do trabalho nos países componentes da América Latina, continente nascido sob a égide do trabalho. Destaca, inicialmente, a diferença basilar entre a colonização inglesa na América do Norte, com a criação de colônias de povoamento, e a ibérica na América Latina, caracterizada pelas colônias de exploração, com fins à acumulação primitiva do capital para atender aos países centrais.

No processo de constituição da classe trabalhadora latino-americana, marcado desde sempre pela imensa exploração da força de trabalho, a sociedade viveu o rápido salto do trabalho rural para a escravidão (africana e/ou indígena), sem experienciar o sistema feudal, passando daquela, para novas formas de trabalho assalariado industrial, diferentemente dos países capitalistas centrais que levaram séculos para que a transição se processasse, desde o artesanato até a grande indústria.

É exatamente na constituição do trabalho assalariado que germina o sindicalismo, de influências anarquistas, socialistas e comunistas donde, no dialético processo de contradições, movidas pela manutenção e resistência, desenham-se as primeiras manifestações operárias e as primeiras

---

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: shimamot@netsite.com.br

greves. Entre idas e vindas, nos embates e lutas sociais e políticas, “o mundo do trabalho começava a se estruturar enquanto força política de perfil partidário” (p. 20). As próprias forças de resistências, distintas entre si, defendiam formas diferenciadas de superação do modelo posto: no privilégio da ação direta sem mediação político partidária, ou na proposta de fusão das lutas e na criação dos partidos operários para participação ativa no embate político.

Na transição do mundo capitalista agrário-exportador para o urbano-industrial, Antunes destaca o fortalecimento da ação do Estado e o florescimento e expansão do taylorismo e do fordismo, assegurando a produção em massa, controlando os tempos e movimentos, fragmentando as funções, separando elaboração e execução e asseverando a centralização e verticalização dos processos. Para descortinar este período histórico, o autor analisa as experiências do trabalhismo em cada um dos países latino-americanos demonstrando, com clareza e substancialidade, as contradições, lutas de poder, revoluções e golpes de Estado, destacando as inconsistências do movimento sindical, ora fortalecendo as lutas operárias, ora conformando-as ao poder centralizador do Estado, camuflando o modelo precarizado e a ilusão da participação.

Na década de 1970 e, especialmente na de 1980, a América Latina, pela força do processo de reestruturação produtiva, abre-se ao modelo neoliberal e, com ele, materializa-se a desconstrução dos direitos sociais do trabalho, a superexploração do trabalho, as privatizações e o quantitativo de subproletarizados, terceirizados e subempregados. Na década de 1990 e anos 2000, apesar das pressões advindas dos Estados Unidos e dos organismos multilaterais, em função da crise econômica assiste-se à luta antineoliberal e ao crescimento dos movimentos sociais indígenas, camponeses e rurais.

Ressurge, neste período, com a expressiva ampliação da classe trabalhadora, o chamado “novo sindicalismo” (no Brasil liderado por Luiz Inácio Lula da Silva) que, com movimentos cada vez mais constantes de debates e greves, passa na década de 2000 a uma postura defensiva, possibilitando o surgimento de um sindicalismo neoliberal e, paralelamente, o fortalecimento do movimento dos trabalhadores rurais (MST).

Ao analisar o protagonismo dos movimentos sociais indígenas e o assalariamento da produção no campo, Antunes destaca José Carlos Mariátegui, marxista peruano, que estuda tais comunidades, sinalizando que são elas as verdadeiras bases para o futuro socialismo peruano e que, certamente, alguns valores básicos da produção comunal e os modos de vida destes povos estão presentes na luta pelo socialismo no século XXI, na América Latina.

Desenha-se, assim, uma nova morfologia do trabalho, cujas principais tendências podem ser assim citadas: redução do proletariado estável; aumento do novo proletariado fabril e do setor de serviços; acréscimo expressivo do trabalho feminino; crescimento do desemprego; exclusão dos jovens e inclusão precoce e criminosa do trabalho infantil; crescimento do terceiro setor e da modalidade do trabalho à domicílio.

Neste sentido, o autor destaca enquanto desafios dos sindicatos e movimentos sociais: organizar sindicalmente e de maneira ampliada os trabalhadores; reconhecer a nova morfologia do trabalho envolvendo as dimensões *gênero*, *geração* e *etnia*; incorporar as novas categorias de trabalhadores; romper com o neocorporativismo e com as tendências de institucionalização e burocratização; reverter a tendência redutiva do sindicato ao setor fabril; estruturar-se de forma a assegurar a

organização pelas bases; resgatar o sentido de pertencimento de classe; pensar em formas internacionais de ação e romper a barreira entre lutas econômica e política, articulando e fundindo as lutas sociais.

Antunes passa, então, com base no legado de Marx, a propor a necessidade de construção de um novo metabolismo social, cujo modo de vida se baseie na atividade autodeterminada, no tempo disponível, superando o modelo capitalista de heterodeterminação “desprovido de orientação humano-societal” (p. 57), que subordina o trabalho, agora assalariado e fetichizado, ao capital. Traz Mézaros para abordar as “mediações de primeira ordem” ou primárias – ontologia singularmente humana – e as “mediações de segunda ordem” – sistema criado pelo capital, com vias à sua autovalorização, lançando o *sentido estruturante do trabalho vivo*, portanto autônomo e emancipado.

Adentrando as discussões sobre *Capitalismo e Dependência – Para (e sobre) Florestan Fernandes*, Antunes destaca as contribuições de Caio Prado Jr ao descortinar o verdadeiro sentido da colonização do país, com exploração atada à acumulação primitiva; e de Florestan Fernandes, ao desvendar os dilemas da revolução burguesa no Brasil, com seu modelo de dominação oriundo da aristocracia rural e a questão racial, sinalizando a identidade conciliadora e dependente do país, sempre pronto à contrarrevolução e à crítica ao modelo de sociologia neutral, que desconsidera a América originária. Traz, neste momento, convites à reflexão propiciados por Florestan em suas produções.

Indica, então, que compreender o sistema de metabolismo social do capital, constituído pelo tripé *capital, trabalho e Estado*, é condição imprescindível à realização de um balanço substancial do século XX, e à busca de superação de tal sistema, no qual o trabalho está subordinado ao capital. Tal compreensão, junto à análise crítica dos experimentos socialistas do século XX (com resultados trágicos, posto que individuais) e à clareza de que é em nível simultaneamente nacional, continental e mundial que a mesma se deve processar, são campos fecundos para se pensar o socialismo no século XXI.

Como exercícios para superação, vale destacar a importância, no início do século XXI, dos movimentos populares, das novas formas de organização dos trabalhadores, da compreensão da nova morfologia do trabalho (mais complexa e heterogênea que outrora) e das lutas sociais com perfil extraparlamentar, contra o modelo destrutivo do capital. É a busca da reconquista do humano pela indissociabilidade entre luta social e luta política, com amplitude internacional, em um novo projeto societal socialista. Sem dúvida, um grande desafio.

O autor encerra a primeira parte de seu trabalho discutindo a gravidade do genocídio neoliberal, caracterizado pelos índices alarmantes de miserabilidade social, aumento da riqueza pela hegemonia do capital e a desertificação do continente latino-americano e caribenho. Lembra, entretanto, que o neoliberalismo vem enfraquecendo em alguns países desde a década de 1990 – Venezuela, Bolívia, Equador, Peru e Colômbia – com vias a um projeto societal mais comunal, tecido pelas bases, em seu caráter multifacetado; ou seja, um projeto socialista, que construa um trabalho cheio de sentido e uma vida autêntica fora do trabalho, portanto, um novo modo de produção fundado na atividade autodeterminada, uma nova sociabilidade, suscitada na vida cotidiana, *construída a muitas e múltiplas* mãos, humanizada.

Na segunda parte do livro, intitulada *O Brasil no continente do labor*, Antunes explora a historicidade das lutas sociais no país, analisando a reestruturação produtiva e os movimentos de ruptura e conciliação nas lutas sociais.

Retoma as origens do proletariado brasileiro, lembrando que com o advento dos primeiros núcleos industriais desenhavam-se as influências anarco-sindicalista, socialista e comunista. Contextualiza a Revolução de 1930 identificando-a como algo mais que um golpe e menos que uma revolução. Apresenta o período getulista e a oscilação sindical situada entre o sindicalismo de Estado e o de base, expondo que o movimento operário pré-1964 foi paradoxalmente mais político em suas definições e menos autônomo em suas ações, enquanto o pós-1964 foi menos político e mais confrontacionista em suas práticas e lutas.

Os contextos de criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e as greves e paralisações dele decorrentes, sob liderança do PCB; a ampliação da União Nacional dos Estudantes (UNE) pela reforma universitária e nas lutas políticas do país; além do avanço da esquerda, gerando temor na classe detentora do poder, impulsionaram o golpe militar desenvolvendo um Estado autocrático-burguês fortemente repressivo. O autor passa, então, a descortinar o intenso período de ditadura militar, destacando o surgimento das centrais sindicais, os movimentos de resistência organizados, dentre eles, nascido em 1984, aquele que considera “o mais importante movimento social e político do país, o MST, auxiliando na organização de outros movimentos populares” (p. 87). Após, situa a década de 1990 como a *era da desertificação neoliberal no Brasil*, capaz de fragilizar o chamado *novo sindicalismo*, que ao mesmo tempo em que enfrentava o sindicalismo neoliberal, era influenciado pelo social-democrático europeu presente no interior da CUT – fundada em 1983, com inspiração no sindicalismo classista, autônomo e independente do Estado (p.138) – o que desencadeou a modalidade denominada *sindicalismo negocial*.

A contextualização de protestos sociais e mobilizações políticas no Brasil são elucidadas pelo autor quando, ao analisar as manifestações mundiais, descortina alguns diferenciais em relação aos processos de resistência no país que, apesar das influências do cenário mundial, delineou ações específicas. Como exemplo destacamos: “nosso movimento estudantil, deflagrado a partir de março, seguiu uma dinâmica de luta específica e um calendário próprio, anterior ao famoso maio de 1968 na França” (p. 111). Enquanto condições estruturais comuns aos países denominados do Terceiro Mundo, impulsionadores do forte movimento estudantil (em contestação à ditadura; por um ensino público e gratuito, democratização do ensino superior e melhoria da qualidade, com maior participação estudantil nas decisões) e das greves operárias, cita-se: industrialização avançada, urbanização crescente, nova organização dos modos de vida nas metrópoles, massificação pela indústria cultural, ampliação do acesso ao ensino superior, não representação da sociedade pelo poder constituído, dentre outros.

As inúmeras lutas, muitas frustradas pela ditadura militar, sofreram neste período, o que o autor chama de “golpe dentro do golpe”: Ato Institucional 5 (AI-5). Era a oficialização do terrorismo de Estado, dando ao governo plenos poderes de decisão, com censuras aos meios de comunicação e às manifestações artísticas, além de, em nome da segurança nacional, permitir-se fazer uso da tortura e do assassinato. Eram os “Anos de Chumbo” sucedendo o “ano rebelde” de 1968 (p.117).

Além dos golpes sofridos nos movimentos de esquerda no período da ditadura e da luta antiditatorial, Antunes discorre sobre os embates, consensos e dissensos vivenciados pelos grupos representantes do PCB e do PT. Enquanto o primeiro, pela moderação política e apoio à Aliança Democrática, se distanciava das propostas advindas da base operária, encontrando grandes dificuldades tanto em manter-se próximo dos núcleos da classe trabalhadora quanto, posteriormente, dos conservadores; o segundo, nos espaços deixados pelo PCB, impulsionado pelo “novo sindicalismo” e articulado aos grupos sindicalistas “autênticos”, se fortalecia assumindo hegemonia no interior da esquerda brasileira. As lutas operárias possibilitaram que o Partido dos Trabalhadores (PT) chegasse ao poder. Entretanto, para tal, houve aliança tanto com as forças de esquerda quanto com os setores mais conservadores, gerando dúvidas em relação à própria identidade e intensos debates.

Ao analisar as transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, Antunes destaca desde o processo de “acumulação industrial” no século XX, a vigência da superexploração da força de trabalho, o projeto neoliberal, até as inovações tecnológicas e a implantação de mecanismos de corrupção de linguagem, nos quais conceitos como *participação* são utilizados com significados e intencionalidades completamente diferenciadas, criando um campo de adesão e sujeição dos sujeitos ao modelo posto (“parceiros”, “sócios”, “colaboradores”...).

A década de 1990 acompanhou processos fragilizadores como a intensificação da reestruturação produtiva do capital, a implantação de receituários como a “acumulação flexível” e o “ideário japonês”, o aumento da pobreza (rebaixamento nas condições da população ativa) no país e o aumento do desemprego. Neste sentido, o autor compartilha alguns resultados da pesquisa *Para onde vai o mundo do trabalho? As formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil*, subsidiada pelo CNPq, efetivada com observações em campo (indústria automobilística; bancos; setor de calçados; setor têxtil; indústrias de confecções; empresas de telecomunicações; e trabalhadores da arte) e concretização de entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de “captar a percepção dos próprios trabalhadores acerca do processo social em que estão inseridos, gestado no interior das contradições que moldam os mundos do trabalho e do capital” (p. 126).

Descortinando as transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, o autor aflora questões como: a reestruturação produtiva por meio das inovações tecnológicas, as políticas gerenciais instituídas nos bancos com base em programas de “qualidade total” e “remuneração variável”, a desregulamentação do trabalho e a redução dos direitos sociais, os mecanismos sociais de discriminação (por exemplo, os salários menores para a mulher), as formas precárias de contratação, a terceirização, a mercadorização da informação, o fortalecimento da individualização e da competitividade, dentre outros.

O cenário contemporâneo, principiado no governo Fernando Henrique Cardoso e fortalecido no governo Luiz Inácio Lula da Silva, demonstra que o Brasil assumiu um espaço diferenciado e de destaque entre os “países emergentes” frente ao campo internacional. Contraditoriamente, pela repressão ou pela conciliação, o país que desponta nos investimentos do capital financeiro internacional e das transnacionais, é o mesmo que abarca alto índice de desigualdade social e pobreza. A luta de classes que, na década de 1980, atingira um patamar extremamente significativo, vivencia um recuo nas décadas seguintes, advindo da emergência neoliberal (no

governo Fernando Collor de Mello), da reestruturação produtiva do capital e do receituário do Consenso de Washington.

A combinação neoliberalismo e reestruturação produtiva do capital foram cruciais para a classe trabalhadora, os movimentos sindicais e a esquerda brasileira, acarretando a superexploração e precarização da força de trabalho, compondo assim uma nova morfologia do trabalho e fragilizando os movimentos sociais. A ilusão de que o modelo neoliberal poderia ser desmantelado no governo Lula cai por terra ao se perceber que o mesmo “converteu-se no novo paladino do social-liberalismo na América Latina” (p. 143), assegurando a continuidade da velha conciliação brasileira e da política de alianças.

Assim, fortalece-se a herança conservadora brasileira que sempre quis impedir a efetivação da força política da classe trabalhadora. Exemplo claro, neste governo, é visto pela “completa ausência da reforma agrária e pelo enorme incentivo ao agronegócio” (p. 145). Em seguida, Antunes analisa as articulações feitas por Lula em seu segundo mandato (destacando que ao perceber-se em foco pelo respaldo burguês dominante, propôs uma ampliação da política social, ampliando sua base de apoio) e avalia que as lutas e fervuras de outras épocas agora se reduzem a conciliações, o que demonstra a urgência de recomeçar, com vias a um projeto social e político que resgate a luta pelo anticapitalismo e todas as suas mazelas.

A terceira parte, *Panorama do sindicalismo na América Latina*, composta por produções de autores diversos, expõe o contexto sindicalista na América Latina. Para este panorama, os autores destacam as principais centrais latino-americanas, explicitando os sentidos e contrasentidos experienciados por cada um deles nas dialéticas e contraditórias relações entre os sujeitos, sendo os conflitos ocorridos: dentro de cada uma das organizações de esquerda; das organizações entre si; e delas com o poder instituído.

Os autores contextualizam, em cada país da América Latina, os movimentos e conflitos de esquerda e a criação das centrais sindicais, destacando o campo de ação e as contradições, os enfrentamentos, avanços e retrocessos, conciliações e desmembramentos, os objetivos postos, no sentido de compreendermos as condições materiais nas quais tantas lutas se processaram. Compreendermos, portanto, a força do projeto neoliberal, a destruição advinda da ditadura, a luta anticapitalista, a violação dos direitos humanos e a oposição aos governos conservadores; enfim, compreendermos a importância do debate contextualizado, crítico, consciente da trama que move o tecido do qual somos parte, influenciados e influenciadores.

O livro “O continente do labor”, de Ricardo Antunes, traz em si uma proposta e um convite. A primeira, para compreensão crítica do modelo societal em que vivemos, em sua historicidade e dialética processual. E o convite ao debate e à superação. Sem a clareza dos fios da trama societal, não há como compreendermos as práticas materializadas, os debates postos, as mobilizações e resistências. Como nos deixa Antunes, “a invenção societal de uma nova vida, autêntica e dotada de sentido, recoloca, no início do século XXI, a necessidade de construção de um novo sistema de metabolismo social, de um novo modo de vida fundado na atividade autodeterminada, fora das regras e dos constrangimentos do mercado, do dinheiro e do capital” (p. 57).

A clareza deste novo metabolismo, a superação da ideia de trabalho concebida na trama das relações sociais capitalistas e a retomada da concepção de trabalho em seu sentido radical –

constituição humana, consciente e proposital – compreendendo-a possível, é o que impulsionará a luta pela emancipação e nos permitirá recomeçar, resgatando nossa condição verdadeiramente humana.